



ATA Nº 26

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021

PRESIDÊNCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira. -----

VEREADORES PRESENTES: Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Isménia Carvalho Landeiro Alves. -----

FALTAS JUSTIFICADAS: -----

HORA DE ABERTURA: 14H00M -----

----- Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Isménia Carvalho Landeiro Alves. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

----- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Ao dar início aos trabalhos a senhora Presidente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções. -----

----- O Vereador Berto Messias interveio dizendo que a senhora Presidente, no âmbito da campanha eleitoral, referiu, por diversas vezes, que era intenção da sua lista fazer uma auditoria, e questionou se já foi feita alguma diligência, ou algum procedimento, relativamente à materialização dessa auditoria, se já está definido em que termos é que a mesma será feita, ou seja, se já existe alguma matéria sobre essa temática. -----



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

----- Relativamente ao processo da auditoria, a senhora Presidente respondeu que a mesma foi uma prioridade da sua lista, sendo que, desde que tomaram posse, solicitaram ao Setor Financeiros orientações no sentido de contatar as empresas que fizessem esse tipo de serviço. -----

----- Prosseguiu dizendo que atualmente estão a fazer um levantamento dos encargos desse procedimento, de modo a fazerem uma avaliação mediante os âmbitos que vão ser indicados para serem alvo da auditoria. Assim sendo, quando tiverem a situação concluída, bem como avaliada em termos de custos, terão oportunidade de discutir o processo e de avançar com a auditoria. -----

----- Salientou ainda que solicitaram não só auditoria financeira, mas também solicitaram orçamento para uma auditoria em termos de recursos humanos, no sentido de poderem ter uma maior orientação de modo a perspetivarem melhor a situação de internalização. -----

----- O Vereador Berto Messias referiu que pelo que depreendeu, pelas palavras da senhora Presidente, a auditoria será feita por uma empresa externa, privada, e questionou se há alguma estimativa de quando é que haverá o lançamento do concurso, e que tipo de concurso será, ou seja, se será por ajuste direto. -----

----- A senhor Presidente respondeu que mediante os valores em causa o concurso poderá ser por ajuste direto, e que vão tentar faze-lo até ao final do ano. -----

----- O Vereador Berto Messias disse que receberam informação que a Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo está numa situação ilegal, tendo em conta a sua composição, ou seja, a lei da paridade foi alterada em dois mil e dezanove, sendo que no âmbito dessa alteração ficou definido que as composições das juntas de freguesia teriam que respeitar o princípio da paridade, não só naquilo que é a elaboração das listas e a apresentação dessas listas às eleições, portanto sendo aceites no Tribunal estará tudo bem do ponto de vista da avaliação daquela que é a lista completa. No entanto, a alteração da lei em dois e dezanove define que na composição da junta o presidente deixa de contar para efeitos de paridade e passa a ser obrigatório que os dois vogais sejam de sexos diferentes. A informação que dispõem é que os dois vogais da Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo são duas senhoras. Face a essa situação questionou se estão a par dessa questão e não estando, deve ser feita alguma diligência para, pelo menos, se perceber se é assim ou não. -----

----- A senhora Presidente referiu que tem conhecimento que haveria aqui alguma questão que poderia ter de ser esclarecida, e que já tomaram a liberdade de recorrer juridicamente para perceberem a situação, sendo que também devem estar a ser alvo de alguma orientação para ultrapassar este constrangimento. Contudo vai entrar em contacto com os membros da Junta de Freguesia para perceber qual o ponto de situação e esclarecer a mesma o mais breve possível. -----

----- O Vereador Berto Messias referiu que relativamente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e cinco de outubro, na qual se procedeu à eleição de várias representações externas da Assembleia Municipal, e de criação de comissões internas do próprio funcionamento da mesma, houve uma situação



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

que, na perspetiva dos Vereadores do Partido Socialista, foi errada, obviamente que não quiseram usar da palavra porque também não têm de cometer ingerências naquilo que é o funcionamento da Assembleia Municipal. Porém, foi solicitado pelos membros do Partido Socialista, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que pedisse um parecer aos serviços jurídicos da Câmara Municipal, sobre a metodologia adotada para efeitos de eleição de pessoas através de “método de braço no ar”. Ora, na sua opinião, nem seria necessário um parecer, porquanto isso viola o próprio Regimento da Assembleia Municipal, no seu artigo trigésimo sétimo que é muito claro quanto a essa matéria.

----- Terminou questionando se a Câmara Municipal recebeu, formalmente, um pedido de parecer do senhor Presidente da Assembleia Municipal, e se sim em que termos.

----- Sobre essa questão a senhora Presidente disse que estava presente na sessão da Assembleia Municipal, e que quando o senhor Vereador alertou que entendia que a situação não era a mais correta, transmitiu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e pediu algum esclarecimento por parte do mesmo, sendo que a forma como o mesmo justificou foi que o sistema estaria correto em função do que já vinha a ser praticado nos últimos anos, certamente referia-se ao último mandato.

----- Continuou dizendo que, obviamente, essa poderá não ter sido a melhor explicação, considerando que não tinha base jurídica para responder nesses termos.

----- Quanto à entrada do pedido de parecer jurídico, respondeu que, tenha conhecimento, não houve qualquer tipo de pedido.

----- Terminou referindo que há que esclarecer algumas situações e ir fazendo as coisas o mais corretas possível, pois só assim poderão as coisas correr bem.

----- O Vereador Berto Messias deu nota de que há quatro anos as eleições não foram por “braço no ar”, mas sim por meio de urna.

----- No que se refere à reunião que aconteceu ontem com o executivo municipal de Angra do Heroísmo, o Vereador Berto Messias questionou se a senhora Presidente podia elucidar sobre aquela que foi a ordem de trabalhos, e o que é que foi discutido, a fim de se perceber em que termos decorreu a mesma, que matérias é que foram tratadas, quer na análise do presente, quer, sobretudo, na análise do futuro, sobre a avaliação de parcerias, bem como a criação de novas parcerias entre municípios.

----- A senhora Presidente disse que, após a tomada de posse, solicitaram uma reunião ao executivo de Angra do Heroísmo, no sentido de cumprimentarem o mesmo, sendo que o município de Angra do Heroísmo manifestou disponibilidade de vir ao encontro deste executivo e cumprimentar também o município da Praia da Vitória.

----- Prosseguiu dizendo que essa foi uma reunião, basicamente, de apresentação de cumprimentos e para apresentar alguns pontos em comum, que têm de ser abordados por forma a poderem começar a ter alguma proximidade para se orientarem em relação ao executivo de Angra do Heroísmo.

----- Seguidamente destacou os pontos abordados, designadamente:

----- Quanto à gestão de resíduos, referente à empresa TERAMB, onde se inclui o aterro, alguns lotes que se encontram em hasta pública e que poderão vir a ser vendidos,



disse que existem alguns pontos dos quais teria de se inteirar melhor para depois dar mais alguns elementos, uma vez que não teve oportunidade de cruzar informação com o novo administrador da Praia Ambiente, que só iniciou funções a semana passada. Portanto ficou para se agendar uma reunião de trabalho, com uma maior incidência nos pontos que entendem mais pertinentes e que obrigam a uma maior proximidade.-----

----- Em relação aos recursos hídricos, nomeadamente em relação ao fornecimento mútuo de água, salientou que, obviamente, entendem que, se as situações estão asseguradas desta forma, não há necessidade de fazer alterações. Porém é necessário fazer alguns investimentos em zonas que são do interesse comum, pelo que também vão voltar a reunir para terem um melhor ponto de situação.-----

----- No que se refere ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território disse que esta é uma situação que logo no início do mandato tiveram algumas observações, sendo que há necessidade não só de um melhor ordenamento do território na divisão dos concelhos, mas também das limitações das próprias freguesias. Desse modo esta é também uma situação que tem de se abordar, discutir, e poderá ter de haver algumas cedências, como, por exemplo, no caso dos Biscoitos, que o concelho de Angra do Heroísmo entende que não tem problema em fazer essa cedência ao concelho da Praia da Vitória, uma vez que há uma divisão de ribeira, e que parte da rua pertence aos Altares e outra parte pertence aos Biscoitos. No caso do Porto Martins também tem de se ver a situação da parte que limita com a Vila de São Sebastião, ou seja, são situações que têm de ser vistas em pormenor.-----

----- Relativamente às freguesias do concelho da Praia da Vitória disse que têm tido conhecimento que algumas freguesias pretendem que seja feita uma avaliação pormenorizada, porquanto sentem-se prejudicadas em relação a outras, principalmente entre o Cabo da Praia e o Porto Martins, pelo que é necessário definir uma estratégia para ser cumprida em todas as freguesias.-----

----- Continuou abordando outro ponto da ordem de trabalhos da reunião em causa referente aos transportes marítimos e aéreos, situação esta que, obviamente, tem de ser cruzada com o Governo Regional, mas é uma preocupação que vai ser premente quer em relação ao concelho da Praia da Vitória, quer em relação ao concelho de Angra do Heroísmo, e o que se firmou foi que iriam sempre conversar no sentido de se defender o melhor para a ilha Terceira. Nesse âmbito abordou-se não só a situação da SATA mas também a situação do futuro do porto, do cais de cruzeiros, ou seja, situações que vão estando em cima da mesa e que até agora ainda não tiveram uma definição concreta, e da parte deste executivo o que vão ter de fazer é a insistir nas respostas.-----

----- Em relação à cooperação com os Governos Regional e da República referiu que é também nesse sentido, tendo sido abordado o processo de descontaminação, que é uma situação que tem estado em cima da mesa e que ainda não foi desbloqueada, pelo que também será feita essa insistência.-----

----- Sobre a proposta do Plano e Orçamento disse que no caso do Governo da República não é necessário dar algum tipo de parecer, mas em relação ao da Região também não debateram muito, sabendo que vai muito no seguimento do último documento apresentado.-----



----- Prosseguiu destacando outro ponto abordado referente à GRATER e dizendo que vão decorrer eleições em dezembro, sendo que anteriormente havia um acordo entre a Câmara de Angra do Heroísmo e a Câmara da Praia da Vitória que, de dois em dois anos, a presidência seria alternada entre os dois concelhos. Face a esse acordo a presidência este ano passará para a Câmara da Praia da Vitória, pelo que será necessário elaborar uma lista para candidatura à presidência da assembleia geral. No entanto, no âmbito da conversa cordial que tiveram, conseguiram perceber que existem projetos que estão a decorrer e que é importante mante-los, pelo que entenderam que seria conveniente manter muitos dos elementos que já fazem parte dessa assembleia, atendendo à forma como já lidam com aqueles projetos e estando eles a decorrer seria muito importante que essas pessoas continuassem a dar o seu contributo. -----

----- Em relação à gestão do canil intermunicipal realçou que esta é uma preocupação que Angra do Heroísmo trouxe, porquanto existe uma sobrelotação do mesmo. -----

----- Referiu que embora tivesse essa vontade, terá de se avaliar, em termos de disponibilidade financeira se, porventura durante este mandato, é possível criar um canil só para o concelho da Praia da Vitória. Ora ele não existindo o que tem sido feito é uma parceria com a Câmara de Angra do Heroísmo nesse sentido, sendo que vão continuar a fazê-la, mas existe aqui um custo bastante elevado em relação a cada animal, e uma vez que há uma sobrelotação é motivo de grande preocupação, porquanto o canil tem uma capacidade de sessenta animais e está com cento e vinte animais. -----

----- Ainda sobre esta questão disse que está a decorrer uma obra noutro espaço, que a Câmara de Angra do Heroísmo também é que assumiu, essa obra ainda não terminou, mas pelo que o senhor Presidente da Câmara disse essa ocupação poderá já estar comprometida, considerando que tem conhecimento que existem animais a aguardar para serem recebidos neste novo espaço. -----

----- Prosseguiu dizendo que considerando que a Câmara de Angra do Heroísmo referenciou que o trabalho do técnico superior afeto ao canil não está a corresponder ao pretendido, foi questionado se a Câmara da Praia teria alguma disponibilidade de colaboração nesse sentido. Ora como recentemente a Câmara da Praia recebeu uma veterinária, a Dr.^a Carina Ferreira, e como, de alguma forma, tem conhecimento que a mesma ainda não está a desenvolver nenhum tipo de projeto, questionou se teriam disponibilidade de as receber a fim de poderem conversar com a mesma, sabendo-se que tem muita experiência na área clínica, o que poderia ser uma mais valia para a avaliação do canil intermunicipal. O senhor Presidente da Câmara de Angra demonstrou uma grande satisfação e abertura, tendo ficado pendente o agendamento de uma reunião com a senhora Veterinária, e como ainda não teve oportunidade de conhecer o canil intermunicipal vai ter a oportunidade de o fazer, bem como a Vereadora Otília Martins que é quem tem competência nessa matéria, para traçarem um projeto no sentido de colaborarem com o município de Angra do Heroísmo. -----

----- Relativamente à gestão turística referiu que se falou na possibilidade de haver um guia turístico de ilha, e na concretização de uma estratégia intermunicipal para a promoção turística da ilha Terceira. -----

----- Ainda sobre esta questão disse que foi questionado qual é o entendimento deste executivo sobre a extinção oficial da ART – Associação Regional de Turismo - uma vez



que Angra do Heroísmo, neste momento, já nem está com vinculação a esta Associação, tendo ficado acordado que iriam analisar o processo, e perceber qual a posição que a Câmara da Praia tem ocupado na Associação em causa.

----- Salientou também que foram abordados alguns investimentos comuns, como, por exemplo, a situação na Serra do Cume, sabendo-se que os miradouros não estão no seu melhor estado, sendo que existe um levantamento dos miradouros dos dois concelhos a serem intervencionados. Da parte deste executivo, vão pedir um levantamento dos miradouros do Concelho, a fim de se perceber qual é o investimento que tem de ser feito para o melhoramento dos mesmos, ou até mesmo a possibilidade de se criar outros, de forma a beneficiar a promoção turística, considerando que estes são pontos muito visitados.

----- No que concerne à captação de investimentos, pontos que os dois concelhos têm em comum, como, por exemplo, a Praia Links, Terceira Tech Island, Startup, disse que Angra mostra-se com grande vontade de prosseguir com este tipo investimento, e está aberta a nova captação. Obviamente que a Praia da Vitória terá de mostrar, exatamente, a mesma abertura, pelo que o que tem de se fazer é estarem, de alguma forma, preparados para esta maior captação e dedicar-se a uma maior promoção, tendo em conta que, no seu entender, a Praia em comparação com Angra não está na melhor posição.

----- Relativamente à organização das Jornadas dos Municípios referiu que, pelo que tem conhecimento, começaram a ser organizadas no ano transato, tendo o executivo de Angra do Heroísmo questionado se a Praia da Vitória teria interesse em se associar para a organização destas Jornadas. Este ponto ficou em aberto uma vez que a apreciação, por parte da Câmara de Angra, é de que algumas ilhas não estão com muita vontade na realização das Jornadas, sendo que essa organização seria só do Grupo Central, mas no caso de se começar a perceber que as ilhas do triângulo estão um pouco afastadas dessa possibilidade, fazer umas jornadas entre a ilha Terceira e a Graciosa não é o que se pretende.

----- A senhor Presidente concluiu dizendo que se comprometeu em agendar algumas reuniões em relação a alguns pontos, principalmente uma reunião com a Vice-Presidência do Governo, com a TERAMB, e em relação à gestão do canil.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos:

----- Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.



**----- (01/26) ALTERAÇÃO DA PROPOSTA N.º I-CMPV/2021/1773 –
REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA NO
CONSELHO LOCAL DA EDUCAÇÃO:** -----

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/1793, datada de 27 de outubro findo, da senhora Presidente da Câmara, do seguinte teor: -----

----- “Considerando que, na proposta n.º I-CMPV/2021/1773, datada de 15 de outubro em curso, havia sido proposto e deliberado designar o técnico superior Bruno Gonçalo Drummond Mota Santos, como substituto da representante da Presidente da Câmara Municipal, a Exm^a Sr^a Vereadora Paula Cristina Borges de Sousa, no Conselho Local de Educação, nos casos de faltas e impedimentos desta, propõe-se agora que esta seja substituída, nas suas faltas e impedimentos, pelo Exm^o Sr. Vereador Ricky Joe Baptista.” -----

----- **A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta em apreço.** -----

----- **Os Vereadores Berto Messias, Marco Martins e Isménia Alves abstiveram-se.** -----

**----- (02/26) ALTERAÇÃO DA PROPOSTA N.º I-CMPV/2021/1774 –
REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA NA
ASSEMBLEIA DE ESCOLA DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA
DA VITÓRIA:** -----

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/1795, datada de 27 de outubro findo, da senhora Presidente da Câmara, do seguinte teor: -----

----- “Considerando que, na proposta n.º I-CMPV/2021/1774, datada de 15 de outubro em curso, havia sido proposto e deliberado designar o técnico superior Bruno Gonçalo Drummond Mota Santos, como substituto da representante da autarquia local, a Exm^a Sr^a Vereadora Paula Cristina Borges de Sousa, na Assembleia de Escola, da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, nos casos de faltas e impedimentos desta, propõe-se agora que esta seja substituída, nas suas faltas e impedimentos, pelo Exm^o Sr. Vereador Ricky Joe Baptista.” -----

----- **A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta em causa.** -----

----- **Os Vereadores Berto Messias, Marco Martins e Isménia Alves abstiveram-se.** -----

**----- (03/26) ALTERAÇÃO DA PROPOSTA N.º I-CMPV/2021/1775 –
REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA NA
ASSEMBLEIA DE ESCOLA DA ESCOLA BÁSICA 3/S VITORINO NEMÉSIO:** -----

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/1796, datada de 27 de outubro findo, da senhora Presidente da Câmara, do seguinte teor: -----

----- “Considerando que, na proposta n.º I-CMPV/2021/1775, datada de 15 de outubro em curso, havia sido proposto e deliberado designar o técnico superior Bruno Gonçalo Drummond Mota Santos, como substituto da representante da autarquia local, a Exm^a Sr^a Vereadora Paula Cristina Borges de Sousa, na Assembleia de Escola, da



Escola Básica 3/S Vitorino Nemésio, nos casos de faltas e impedimentos desta, propõe-se agora que esta seja substituída, nas suas faltas e impedimentos, pelo Exmº Sr. Vereador Ricky Joe Baptista.” -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta em apreço. -----

----- Os Vereadores Berto Messias, Marco Martins e Isménia Alves abstiveram-se. -----

----- (04/26) **ALTERAÇÃO DA PROPOSTA N.º I-CMPV/2021/1776 – REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA NA ASSEMBLEIA DE ESCOLA DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DOS BISCOITOS:** -----

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/1798, datada de 27 de outubro findo, da senhora Presidente da Câmara, do seguinte teor: -----

----- “Considerando que, na proposta n.º I-CMPV/2021/1776, datada de 15 de outubro em curso, havia sido proposto e deliberado designar o técnico superior Bruno Gonçalo Drummond Mota Santos, como substituto da representante da autarquia local, a Exmª Srª Vereadora Paula Cristina Borges de Sousa, na Assembleia de Escola, da Escola Básica Integrada dos Biscoitos, nos casos de faltas e impedimentos desta, propõe-se agora que esta seja substituída, nas suas faltas e impedimentos, pelo Exmº Sr. Vereador Ricky Joe Baptista.” -----

----- O Vereador Marco Martins deixou uma nota sobre estas quatro alterações, nomeadamente quanto à substituição do técnico superior Bruno Santos, dizendo que na reunião de Câmara transata abstiveram-se na votação e deram uma nota prévia que não estava, minimamente, em causa a capacidade técnica e a idoneidade do colaborador, mas tendo em conta que o vínculo laboral estava, e está, afeto à Cooperativa Praia Cultural, tinham algumas dúvidas pelo que solicitaram um esclarecimento. Assim sendo, questionou se de facto foi avaliada essa questão e se foi essa nota/pedido, simplista, de se averiguar se era possível ou não, que levou a esta alteração da decisão. -----

----- Sobre esta questão a senhora Presidente deu a palavra à senhor Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Dr.ª Conceição Lima, uma vez que solicitaram a colaboração da mesma para avaliação da questão e para fazer este reajuste. -----

----- A senhor Chefe de Divisão esclareceu que a nomeação do técnico superior Bruno Santos foi feita na sequência do mesmo procedimento adotado há quatro anos, em que a substituta do Vereador Carlos Costa era a técnica superior Carla Margarida Brasil. No caso da proposta em apreço, nos termos em que está feita, nem é um técnico superior, mas sim o próprio Vice-Presidente que, por via da suplência, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, irá substituir a senhora Vereadora, porque em rigor o que está no diploma, e isso não foi tido em conta há quatro anos e copiou-se o mesmo texto, apesar de ter sido um colaborador da Cooperativa que foi proposto para substituir, a verdade é que o diploma em si nem prevê substitutos, apenas são designados os representantes. Para o caso de não ficar sem representação, quando a senhora Vereadora não poder estar presente, seguiu-se o Código do Procedimento Administrativo, por via da suplência, ou seja, nas faltas ou impedimentos o senhor



Vice-Presidente vai substituir a senhora Vereadora, porquanto a senhora Presidente pode designar quem a represente no conselho local da educação e no caso das assembleias de escola também é designado um representante do município.

----- Esclareceu ainda que tem vindo a ser feito como proposta e a ser presente a reunião de câmara, mas, em bom rigor, são designações do presidente da câmara que nem têm de ser submetidas para aprovação de reunião de câmara, apesar de não haver qualquer problema nisso, apenas peca por excesso. No entanto, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, no seu artigo 135.º, relativo ao conselho local da educação, é o senhor presidente da câmara ou seu representante. Relativamente às assembleias de escola é um representante designado pelo presidente da câmara, conforme determina o artigo 54.º, n.º 9, e artigo 57.º, n.º 3. A questão da suplência é conforme determina o artigo 42.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, ou seja, caso a senhora Vereadora não possa comparecer, e é importante alguém estar presente nessas reuniões, será substituída pelo Vereador Ricky Baptista, porquanto o diploma em si não fala em substitutos.

----- A senhora Presidente acrescentou que como foi necessário também tomar decisões em relação às substituições dos próprios Vereadores, optou-se por seguir uma lógica do que ficou decidido internamente.

----- **A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta em causa.**

----- **Os Vereadores Berto Messias, Marco Martins e Isménia Alves abstiveram-se.**

(05/26) PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO ARRENDAMENTO ÀS FAMÍLIAS DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA – CÁTIA LURDES CUNHA DO REGO E ROSA MARIA AGUIAR DA CUNHA:

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/1786, datada de 22 de outubro corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr. Otília Martins, do seguinte teor:

----- “Considerando o Regulamento de Apoio ao Arrendamento às Famílias do Concelho da Praia da Vitória, publicado em Diário da República, 2ª série – nº234, de 5 de dezembro de 2018, e sua primeira alteração e aditamento, aviso nº 2484/2021, publicado em Diário da República, 2ª série – nº 26, de 8 de fevereiro de 2021, que determina a atribuição de apoio económico ao arrendamento de habitações e estratos sociais desfavorecidos, de modo a promover o acesso ao arrendamento e atenuar as dificuldades existentes no concelho;

----- Considerando que houve alteração de morada dos agregados familiares em análise, com consequente alteração do valor de renda mensal;

----- Solicita-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a anulação dos apoios à renda constantes de quadro anexo, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2021.”

----- O Vereador Marco Martins disse que não tem qualquer dúvida que este ponto está em conformidade com o parecer técnico prévio, sendo que a dúvida existente é apenas ao nível do próprio Regulamento, ou seja, o que irá levar à suspensão do apoio é a alteração de morada e não a questão económica, que, à partida, se mantém. Face a essa

situação questionou se essas pessoas, por terem alterado a morada, estão ainda em condições de, automaticamente, poderem fazer uma nova candidatura, ou se não estiverem fará algum sentido, ou não, fazer uma revisão ao próprio Regulamento.

----- A senhora Presidente esclareceu que não foi só a alteração da morada como também a diminuição do valor da renda, sendo que a questão é que estava estipulado um valor a ser pago em novembro que terá de ser alterado. Como os agregados em questão poderão ficar dentro do escalão, no caso de terem direito a apoio, o valor é que já não é o mesmo, pelo que é necessário fazer a anulação deste valor para se poder lançar o valor após uma reavaliação técnica destes dois agregados.

----- O Vereador Marco Martins referiu que então será anulado o apoio atual, tendo em conta que o enquadramento familiar mudou, tanto em termos de morada como do valor da nova renda, e este processo será alvo de uma reavaliação de imediato. Assim sendo, encontram-se esclarecidas as dúvidas existentes, ou seja, estes dois agregados não ficam prejudicados e terão um novo apoio, mas em conformidade com a nova realidade sócio/económica e familiar.

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.**

(06/26) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE MANEIO:

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/1797, datada de 27 de outubro findo, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:

----- “Considerando que se mostra pertinente ajustar o Regulamento do Fundo de Maneio às necessidades atuais de funcionamento dos serviços municipais.

----- Propõe-se à Câmara Municipal, nos termos do Plano de Contas Multidimensional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e procedeu à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro, a aprovação do Regulamento do Fundo de Maneio, cuja redação consta em anexo.”

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**

(07/26) PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO NO VALOR DE 2.000.000,00€ PARA O ANO 2022:

----- Proposta n.º I-CMPV/2021/1803, datada de 28 de outubro findo, da senhora Presidente da Câmara, do seguinte teor:

----- “Considerando:

----- 1. A sazonalidade de cobrança de receita regular municipal potência desequilíbrios na gestão da tesouraria que importa salvaguardar;

----- 2. O maior esforço de tesouraria da parte do Município relativamente ao processo de aquisição dos terrenos do Bairro de Santa Rita/Bairro dos Americanos;



----- 3. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, prevê o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para ocorrer a dificuldades de tesouraria; -----

----- 4. O artigo 50º n.º 1, do referido diploma, estipula a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que são contratados; -----

----- Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos da alínea a) nº1 do artigo 19º da Resolução do Tribunal de Contas nº 14/2011 de 16 de agosto, delibere: -----

----- 1) A contração de financiamento de curto prazo, sob a forma de conta corrente, até ao valor de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) a movimentar durante o ano de 2022; -----

----- 2) A seguinte comissão de abertura e análise das propostas: Carlos Rocha, Ricardo Toste, Ana Aguiar, Lília Silva (suplente), Manuela Nunes (suplente).”-----

----- O Vereador Berto Messias disse que tendo em conta aquela que é a referência expressa no âmbito do preâmbulo desta proposta, relativamente à situação do Bairro de Santa Rita e do Bairro dos Americanos, questionou se é possível especificar, considerando que uma parte deste empréstimo tem que ver com a questão do apoio à tesouraria, o destino deste empréstimo em concreto, no exercício de dois mil e vinte e dois, e concretizando também aquilo que tem que ver com o Bairro de Santa Rita e com o Bairro dos Americanos.-----

----- Quanto a essa questão a senhora Presidente respondeu que a situação principal prende-se com a situação de tesouraria, mas obviamente que há um maior esforço em relação a este processo que é preocupante, e é um compromisso que é do domínio público, ou seja, a resolução da situação do Bairro de Santa Rita e do Bairro dos Americanos.-----

----- Prosseguiu dizendo que o executivo anterior fez um esforço no sentido de assumir parte do pagamento do valor, deixando, no âmbito da transição de pastas, a ideia de que havia por receber, do Governo Regional, o valor de uma das tanches. Neste momento o que se deparam, e pesquisando junto dos serviços municipais, é que não existe nenhum tipo de contratualização entre esta Autarquia e o Governo Regional, em relação ao processo do Bairro de Santa Rita e do Bairro Americano.-----

----- Salientou ainda que esta é uma situação muito preocupante, sendo que, em articulação com a Vice-Presidência, estão a diligenciar no sentido de verificar se ficou alguma contratualização referente a este processo. Um próximo passo será no sentido de se consultar todas as atas, desde o ano de dois mil e dezanove, para verificar se existe algum compromisso em que o senhor Presidente da Câmara anterior tenha firmado isso, porque na verdade não existe nenhum documento que esteja em posse do atual executivo. No entanto, está agendada uma reunião com a Vice-Presidência do Governo Regional para se poder esclarecer melhor esta situação, tendo em conta que existe um compromisso e têm de o honrar. Obviamente que, caso não seja possível com o apoio do Governo Regional, vão ter muita dificuldade em concretizar esse compromisso, mas de alguma forma tem de se inscrever algum valor, porquanto poderá não ser possível, por parte do Governo Regional, um pagamento imediato, e houve, supostamente, uma contratualização com os donos dos terrenos que essa situação seria desbloqueada até março de dois mil e vinte e dois.-----



----- O Vereador Berto Messias referiu que, relativamente a esta matéria, a informação que tem, e que julga ser pública, é que na audiência de apresentação de cumprimentos de despedida, entre o anterior Presidente da Câmara e o atual Presidente do Governo, este assunto foi tratado e existirá o compromisso, da parte do Presidente do Governo, de assumir a última tranche que é devida aos proprietários dos terrenos. Tendo sido discutido na altura, porque este apoio tem de ser feito através de um contrato ARAAL, também no seguimento daquilo que constava no processo de transição de pastas entre o anterior Governo e o atual Governo Regional, e, pelo que tem conhecimento, isso terá sido referenciado no final dessa audiência pelo antigo Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. -----

----- Em suma destacou que havia o compromisso do anterior Governo e há o compromisso do atual Governo, no seguimento daquilo que estava assumido anteriormente. Havia sim problemas, do ponto de vista processual, naquilo que era em transformar isso em contrato ARAAL, e se seria só numa tranche. Assim sendo, essa situação será facilmente esclarecida, até porque, como a senhora Presidente referiu e muito bem, esta é uma matéria premente e que não sendo paga até ao fim de março os terrenos revertem imediatamente, sem direito a qualquer tipo de recurso, para os proprietários. -----

----- Concluiu dizendo que, do ponto de vista político, existe esse compromisso, apesar de desconhecer se foi materializado por escrito, mas também admite que caso tivesse sido materializado por escrito seria facilmente encontrado e se não está a ser encontrado é porque não existirá, mas, obviamente, tem de se assumir as palavras que se afirmaram no âmbito do desempenho de cargos de tamanha relevância. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** -----

----- Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram quinze horas, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.^a Senhora Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

Ass: _____

Ass: _____